



Índice

- 01 [Governo lança Cartilha sobre Registro Civil de Nascimento de Povos Indígenas na próxima segunda \(28\)](#)
- 02 [Tortura a indígenas durante ditadura será tema de audiência](#)
- 03 [Envie uma mensagem ao ministro do STJ Sebastião Reis pedindo 'Liberdade pra Babau!'](#)
- 04 [Dia do Índio foi comemorado em grande estilo em aldeia urbana de Anastácio](#)
- 05 [MPF-AM já instaurou 2 inquéritos para investigar conflitos por terras em 2014](#)
- 06 [Relatório revela massacre e tortura de indígenas durante a ditadura](#)
- 07 [Governos federal e estadual entregam computadores em escola indígena](#)
- 08 [Corpo de indígena é encontrado em decomposição em córrego de Manoel Ribas](#)
- 09 [Índios relatam violência em prisão indígena durante a ditadura no Brasil](#)
- 10 [Indígenas colocam fogo em ônibus após acidente com morte no RS](#)
- 11 [Produtores rurais bloqueiam BR-101 contra ocupação de terra por índios](#)
- 12 [Semana do Índio é encerrada com partida de futebol indígena](#)
- 13 [Jogos indígenas: queda de corpo e futebol são disputados no sábado](#)
- 14 [Mitologia indígena é tema de espetáculo infantil em Belém](#)
- 15 [Programa das Nações Unidas seleciona consultor](#)



- 16 Defensor de direitos humanos é cada vez mais criminalizado no País, diz estudo
- 17 Em redes sociais, jovens mostram orgulho de ser índio com selfie "cara pintada"
- 18 A história de uma sobrevivente que tem Brasil até no nome
- 19 Água que abastece quilombo pode ter sido envenenada por agrotóxico
- 20 Indígenas no extremo sul da Bahia fazem cinco ações de retomada de territórios tradicionais
- 21 Carta de solidariedade das mulheres Xerente ao cacique Babau Tupinambá
- 22 Nota Pública de Esclarecimento sobre a Terra Indígena Tupinambá de Olivença e a Prisão do Cacique Babau Tupinambá
- 23 Ministro da Justiça descumpre acordos e povo Kaingang reinicia a autodemarcação de seus territórios
- 24 Obras do Acervo Indígena da UFMG são expostas na Biblioteca Central
- 25 Vítimas de acidente em Jacareacanga são veladas
- 26 Terra Indígena Marãiwatsédé livre de invasões e construções ilegais, diz FUNAI
- 27 Entidades pressionam parlamentares a votarem projetos parados no Congresso
- 28 Chefe indígena que ajuda o Google a mapear desmatamentos vem a Curitiba para palestra nesta terça-feira
- 29 Cotidiano das etnias indígenas do Estado em exposição no Palacinho
- 30 UFRR é tricampeã dos Jogos Universitários Indígenas
- 31 Solidariedade aos quilombolas presos – amanhã, 29/04, no TJMG



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

Governo lança Cartilha sobre Registro Civil de Nascimento de Povos Indígenas na próxima segunda (28)

SÍTIO SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS , 25.04.2014

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) lança nesta segunda-feira (28), em Brasília (DF), a Cartilha sobre Registro Civil de Nascimento de Povos Indígenas. A publicação é uma parceria com a Funai e tem como objetivo avançar para a erradicação do sub-registro civil de nascimento. A ministra Ideli Salvatti (Direitos Humanos) e a presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, participam da solenidade.

Em 2002, o Brasil tinha uma taxa de 20,3% de crianças de 0 a 10 anos sem certidão de nascimento. Desde então em trajetória descendente constante, o índice caiu para 6,7% em 2012. Espera-se que até o final deste ano o país alcance um índice de 5% de sub-registro civil de nascimento, percentual considerado pelas Nações Unidas como erradicado.

Em 2014, as ações planejadas irão priorizar o registro de nascimento indígena. Serão realizadas campanhas de conscientização, mutirões para a emissão do documento e sete oficinas de capacitação, em parceria com a Funai. Estas oficinas incluem 49 municípios em cinco estados, atendendo a 68 etnias, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país, que apresentam maiores índices de sub-registro.

O objetivo das oficinas é aperfeiçoar o acesso aos serviços de documentação por meio da instituição de um fluxo regular de emissão desses documentos.

Lançamento da Cartilha sobre Registro Civil de Nascimento dos Povos Indígenas

Data: 28 de abril de 2014

Horário: 10h30

Endereço: Sala Multiuso da FUNAI - Setor Bancário Sul, quadra 02, lote 14 - Edifício Cleto Meireles - Brasília/DF



Tortura a indígenas durante ditadura será tema de audiência

SÍTIO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 25.04.2014

Comissão de Direitos Humanos debaterá violações históricas e desafios da atualidade, evento será na segunda (28).

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) vai debater, em audiência pública, na próxima segunda-feira (28/4/14), as torturas, assassinatos e perseguições contra os povos indígenas durante a ditadura militar no Brasil. A reunião, requerida pelo presidente da comissão, deputado Durval Ângelo (PT), será no Auditório, a partir das 14 horas.

A audiência é um desdobramento do Ciclo de Debates Resistir Sempre, Ditadura Nunca Mais, e colocará em discussão, entre outras questões, as violações aos direitos humanos desses povos e os desafios da atualidade. "A comissão vai promover uma audiência pública a cada mês para lembrar o golpe. É preciso apurar os crimes cometidos durante o regime e resgatar a nossa história para que ela não seja esquecida e nem repetida", pondera o parlamentar.

De acordo com denúncias, os índios também teriam sido vítimas de torturas durante a ditadura, inclusive com a criação de uma Guarda Rural Indígena (Grin) responsável por ações de policiamento nas tribos.

O filme "Arara'", recuperado por estudiosos, exemplifica isso. Nas imagens, que permaneceram ignoradas durante 42 anos - porque os agentes da repressão desconheciam o seu teor, é mostrada a formatura de uma turma da Grin. Em uma das cenas, um homem é carregado num simulacro de um pau de arara.

Convidados – O evento tem como convidados o procurador regional da República de Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Edmundo Antônio Dias Netto Junior; o representante da Comissão da Verdade em Minas Gerais, Alberto Betinho Duarte; o vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais e coordenador do Projeto Armazém da Memória de São Paulo, Marcelo Richard Zelic; o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) / Regional Leste, Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, e a representante da Comissão Nacional da Verdade e coordenadora do Grupo de Trabalho que apura graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas, Maria Rita Kehl.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

Envie uma mensagem ao ministro do STJ Sebastião Reis pedindo 'Liberdade pra Babau!'

SÍTIO CIMI, 25.04.2014

Cacique Babau Tupinambá está sob custódia da Polícia Federal, em Brasília. Um mandado de prisão contra a liderança, expedido em 20 de fevereiro pela Justiça de Una, Bahia, veio à tona menos de 24 horas depois de Babau tirar um passaporte para ir ao Vaticano encontrar-se com o papa Francisco.

A defesa de Babau entrou com um habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o recurso está sobre a mesa do ministro Sebastião Alves dos Reis Junior. Integrante do Programa de Defensores de Direitos Humanos, do governo federal, Babau já sofreu tentativa de homicídio em situação semelhante, além de ameaças de morte e mensagens de ódio racistas.

Entenda o caso: Inquérito realizado em dez dias e depoimentos sem contraditório baseiam mandado de prisão contra Tupinambá

A liderança é acusada, com base em depoimentos de pessoas inimigas declaradas do cacique, de liderar um bando que teria assassinado um agricultor. O inquérito correu em tempo recorde, menos de dez dias, desde a morte até a decisão do juiz pela prisão temporária. Sem contraditórios, sem provas, sem efetivo policial suficiente, sem ouvir Babau.

Mesmo com todas estas falhas no inquérito, e as evidências da criminalização política, o cacique afirma não ter nenhum envolvimento com o homicídio e que nunca se sentiu foragido (o mandado de prisão é de 20 de fevereiro), porque não foi informado da ordem e esteve em Brasília três vezes – em uma delas acompanhado pela Polícia Federal –, antes e depois do inquérito.

Outros três mandados de prisão, arquivados em 2010, foram utilizados pela PF para impedir a viagem da liderança. Todavia, estes não possuem efeito, a não ser o de barrar a saída do país de uma liderança que tem muito que denunciar para a comunidade internacional aquilo que se passa com os povos indígenas no Brasil.

Pedimos a sua ajuda. Envie a mensagem abaixo ao ministro Sebastião Alves dos Reis Junior, do STJ, e peça 'Liberdade pra Babau!'. Acreditamos que a sensibilização do ministro, diante das falhas do inquérito e do equívoco do mandado de prisão, possa restabelecer a justiça.

Envie a mensagem ao e-mail: gmsarj@stj.jus.br

Mensagem

Assunto: Liberdade pra Babau! HC/292982-STJ

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

Excelentíssimo sr. ministro Sebastião Alves dos Reis Junior, peço ao senhor que defira o habeas corpus 292982, impetrado neste tribunal pela defesa de Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau Tupinambá, liderança da aldeia Serra do Padeiro, na Bahia.

A liderança segue mantida sob a custódia da Polícia Federal, em Brasília, sendo injustamente acusada de um crime que não cometeu. A luta de Babau pela demarcação das terras tradicionais de seu povo, no sul da Bahia, há mais de uma década, motiva criminalizações, ameaças e ataques racistas contra ele e os Tupinambá.

Certo de que o senhor levará em consideração as falhas presentes no inquérito policial, que levou o juiz da Vara Criminal da Justiça de Una a expedir o mandado de prisão contra Babau, pedimos o restabelecimento da justiça e a Liberdade pra Babau!

Atenciosamente,



Dia do Índio foi comemorado em grande estilo em aldeia urbana de Anastácio
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 26.04.2014

Este ano a Aldeia "Aldeinha" de Anastácio teve um motivo a mais para comemorar, em grande estilo, o Dia do Índio. O Cacique Enéias Campos da Silva e suas lideranças, em parceria com a prefeitura de Anastácio, celebraram a data oferecendo à comunidade uma grande festa tradicional, mas desta vez enriquecida com uma pauta de obras conquistadas para beneficiar as famílias indígenas.

Durante três dias, foram desenvolvidos jogos, danças, concurso de beleza, incluindo show gospel com a Banda Quatro Seres, churrasco e baile. E dentre as conquistas, foi anunciado pelo prefeito Douglas Figueiredo o asfaltamento das ruas, incluindo saneamento básico (com rede de esgoto e ligação de água), construção de uma unidade de saúde e ainda foi entregue um automóvel para atender a saúde indígena. As lideranças também anunciaram a construção do museu do índio/centro comunitário.

O palco do evento foi a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, onde ocorreram as solenidades, culto ecumênico, apresentação de danças (dança do Bate-pau, Siputrena e Kohyxoti Kipaê), sendo que as competições esportivas se deram no campo de futebol, onde, além do torneio, ocorreram disputas tradicionais, como arco e flecha, cabo de guerra (cabo da paz) e corrida de tora.

Além do prefeito Douglas Figueiredo e a primeira-dama e secretária municipal de Assistência Social – Cynthia Anastácio, participaram da solenidade principal o vice-prefeito Laércio Valério, o secretário de administração – Ernandes Peixoto; o secretário de cultura, José Édson dos Santos; o chefe de gabinete, José Pedro Frazão; o secretário de esportes, João Macalé; a secretária de Saúde, Marlene Carlos; e os vereadores Murilo Valério e Ranulfinho, entre outras autoridades e convidados que estiveram presentes em dias alternados da festa.

CONVÊNIO

Atendendo uma antiga reivindicação da comunidade da Aldeinha, o prefeito Douglas Figueiredo buscou parceria junto a Secretaria de Estado de Saúde Indígena (SESAI) para a destinação de um veículo para atender exclusivamente as famílias da Aldeia Aldeinha.

O cacique Enéias agradeceu no ato ao prefeito Douglas e disse que "a Administração Municipal tem sido parceira de primeira hora da comunidade da Aldeia Aldeinha, buscando atender sempre que possível as demandas da comunidade, recebendo as lideranças e estando presente na aldeia. Esse carro vem em boa hora para atender a comunidade da nossa aldeia", afirmou o cacique Enéias.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

MPF-AM já instaurou 2 inquéritos para investigar conflitos por terras em 2014
SÍTIO G1/AM, 26.04.2014

G1 teve acesso a relatório que aponta morte de um indígena no AM em 2013. No ano passado, Ministério Público investigou 12 denúncias do tipo.

Girlene Medeiros e Eliena Monteiro* Do G1 AM

Levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontou que no ano passado um indígena foi assassinado no Amazonas em decorrência de conflitos agrários. O G1 teve acesso ao relatório da instituição, que contabiliza 15 mortes de índios em 2013. O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM) instaurou 14 inquéritos do ano passado até o início de 2014 que investigam casos do tipo no estado.

Em todo o país, o relatório da Comissão Pastoral da Terra aponta que 34 pessoas foram assassinadas em 2013, sendo 15 delas indígenas. O número de mortos nessa circunstância é o maior já registrado pela CPT, que desde 1985 divulga esse tipo de estatística. No dia 28 de abril, o órgão divulga a 29ª edição da publicação anual "Conflitos no Campo Brasil", que reúne informações sobre as violências sofridas por trabalhadores do campo brasileiro. Estão inclusos no relatório indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais.

O documento da CPT diz ainda que, das 15 tentativas de assassinato no campo, 10 foram com indígenas; das 241 ameaças de morte registradas pelos agentes, 34 foram direcionadas a índios e, das 143 prisões efetuadas em decorrência das disputas por terra, 36 ocorreram com indígenas.

Em 2013, o MPF-AM instaurou 12 procedimentos para investigar denúncias de conflitos agrários no Amazonas. Outros dois foram instaurados no início deste ano. "Somente um traz no resumo menção expressa 'ameaças de morte'", disse o órgão, por meio da assessoria de comunicação.

O Ministério Público informou que quem se sentir ameaçado pode procurar o órgão pessoalmente, nas sedes em Manaus: Avenida André Araújo, 358 - Aleixo - 69.060-000 - Manaus-AM - Fone: (92) 2129-4700; em Tabatinga (Rua Aires de Brito, Bairro Ibirapuera, sem número - Sede da Subseção Judiciária - Fone: (97) 3412-2209) e em Tefé (Rua Monteiro de Souza, 629, Centro - Tefé/AM - CEP 69470-000 - Fone: (97) 3343-6098). Outra forma de pedir ajuda é por meio de relato pelo Portal do Cidadão na internet.

O órgão explicou que tem o papel do MPF cobrar de instituições competentes - inclusive judicialmente - a adoção de providências no sentido de proteger as pessoas ameaçadas, e não de prover diretamente a proteção. "O órgão que acompanha e atua diretamente nesses casos, inclusive articulando com o próprio MPF, é a Ouvidoria Agrária Nacional, criada na estrutura do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

Ministério do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários na Zona Rural", informou a assessoria.

Também podem atuar nesses casos a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Polícia Federal, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provisa) e as secretarias de Segurança Pública dos Estados. "O MPF realiza pedidos a esses órgãos, indicando a necessidade de proteção com base nos fatos apurados", concluiu o órgão.

O Ministério da Justiça afirma trabalhar na instalação de mesas de negociação para alcançar um diálogo entre as partes e coibir as disputas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) diz que processos de demarcação de terras indígenas estão em andamento e reconhece a necessidade de se criar mais territórios para os povos no Centro-Sul, Sudeste e Nordeste, onde vivem 554 mil índios.

A Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, informou que 99 indígenas ameaçados de morte foram incluídos no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, que fornece proteção especial. A lista total tem 417 nomes.

Morte e ameaçados

Em 2012, uma amazonense morreu em conflitos no campo. A trabalhadora rural Dinhana Nink, de 28 anos, foi assassinada no dia 31 de março, em Nova Califórnia, Rondônia. O filho da vítima, de cinco anos, testemunhou o crime. A vítima atuava era natural de Lábrea e atuava na área da divisa dos dois estados.

Em 2010, o CPT Nacional divulgou que 30 pessoas estavam sob risco de morte em território amazonense. Já em 2011, o número subiu para 48, colocando o Amazonas entre os primeiros estados do ranking brasileiro de violência do campo. No ano de 2012, os dados apontaram que haviam 86 pessoas em situação de ameaça no estado.

*Com informações de Eduardo Carvalho, do G1 em São Paulo.



Relatório revela massacre e tortura de indígenas durante a ditadura

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 26.04.2014

Estudos realizados por pesquisadores de Dourados apontam massacre de índios durante o período de ditadura. O levantamento foi apresentado ontem, durante o 2º Encontro da Comissão da Verdade no município. O evento aconteceu na Unidade I da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e contou com participação de lideranças de todo o País.

De acordo com o historiador da UFGD, Neimar Machado de Souza, em Dourados, o quadro é de massacre. Segundo ele, no período de ditadura os indígenas eram expulsos das aldeias de forma truculenta. "Em um dos casos, 80 pessoas foram mortas carbonizadas na antiga aldeia Pacurity que ficava nas margens do Rio Dourados, onde hoje é uma lavoura de soja", destaca.

Em outra situação, mais de 40 índios Caiuás foram presos no presídio Krenak, que era uma espécie de reformatório, onde índios de todo o Brasil eram torturados. Este presídio funcionava em Minas Gerais. "O objetivo do governo e da Fundação Nacional do Índio, na época, era de impedir que os indígenas que haviam sido removido de suas terras e concentrados em Dourados voltassem para as terras originárias aqui mesmo na região", destaca.

Com o mesmo objetivo, a Funai teria criado, segundo o pesquisador, uma prisão clandestina onde hoje é a base da Fundação na Reserva. "No local eles eram castigados em público e ameaçados de morte pela polícia indígena que era armada pelo Estado e por fazendeiros", destaca.

À reportagem, o vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, Marcelo Zelic, ressaltou que no Relatório de Figueiredo, recém recuperado, os motivos que levaram à situação de massacre em todo o país contra a população indígena teve o objetivo de incentivar as instalações de fazendas e incentivo à agricultura. Ele resalta que o relatório traz 160 nomes de pessoas investigadas em expulsões de índios somente na cidade de Porto Murtinho no Estado.

Ele espera que este relatório, que traz provas de violência, possam servir como base para que o estado repare as comunidades indígenas. Marcelo, que é pesquisador da temática da violação de direitos humanos, foi um dos responsáveis por identificar e recuperar o Relatório, localizado nos arquivos do Museu do Índio do Rio de Janeiro, em meio a caixas de papéis não catalogados. "Além de situações sobre as terras indígenas, ele registra problemas de assassinato, ameaças e violência", revela.

São 68 páginas do Relatório em si anexadas a mais de sete mil páginas do processo de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Além disso, Marcelo diz que existem mais 600 mil páginas de arquivo encontradas que são de interesse da causa indígena. O "Relatório Figueiredo" foi elaborado pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia, que percorreu o País a convite do extinto Ministério do Interior, após constatações feitas pela CPI,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

para apurar denúncias sobre crimes cometidos contra a população indígena. Jader morreu poucos anos depois em um acidente de ônibus e o Relatório, que causou grande comoção na época, desapareceu, dado como perdido em um incêndio ocorrido no Ministério.

Governos federal e estadual entregam computadores em escola indígena

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 26.04.2014



Por meio da parceria com o governo federal, o governo do Acre realizou na última semana, na Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Tamãyãkã, localizada nas Terras Indígenas Campinas/Katukinas da BR 364, a distribuição de equipamentos para alunos e professores.

A entrega aconteceu com participação de representantes da Secretaria de Estado de Educação e Esporte (SEE), equipe escolar, alunos da instituição, e moradores da comunidade, onde 18 netbooks foram distribuídos para alunos e dois netbooks para professores, além de dois computadores de mesa e duas impressoras para atender as demandas do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

“Todos aqui receberam essas máquinas com alegria. Antes não tínhamos ferramentas, não havia a possibilidade de guardar as memórias do povo desta etnia. Não era possível fazer pesquisas nem registrar histórias. Hoje, além de ser possível fazer tudo isso, o aluno e o professor indígena terão fácil acesso à rede mundial”, afirmou João Batista Shawatapu, coordenador da Educação Indígena do núcleo da SEE em Cruzeiro do Sul.

De acordo com Zequinha Lima, responsável pela coordenação do núcleo da SEE de Cruzeiro do Sul, “o governo do Estado, através da SEE, tem trabalhado para suprir as principais necessidades de nossas escolas em todas as modalidades de ensino. Hoje alcançamos mais uma vitória trazendo acessibilidade e inclusão digital aos alunos da escola Tamãyãkã”.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

Corpo de indígena é encontrado em decomposição em córrego de Manoel Ribas
SÍTIO O DIÁRIO/MARINGÁ, 26.04.2014

O corpo de um indígena de 63 anos foi encontrado em decomposição em um córrego de Manoel Ribas (a 170 quilômetros de Maringá) na tarde de sexta-feira (25).

Conforme o Corpo de Bombeiros, a vítima foi localizada por volta das 15h30, em um curso d'água que corta a aldeia indígena Ivaí. O corpo de Pedro Camargo, de 63 anos, foi encaminhado ao Instituto Médico-Legal (IML) de Ivaiporã (a 135 quilômetros de Maringá). A Polícia Civil investiga o caso.



Índios relatam violência em prisão indígena durante a ditadura no Brasil

SÍTIO PORTUGAL DIGITAL, 26.04.2014

A 2ª audiência pública da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em Dourados (MS), prossegue hoje com o testemunho de vários índios. Um dos mais fortes testemunhos foi o de Bonifácio Reginaldo Duarte, índio guarani de 74 anos, preso na década de 60, no Reformatório Krenak, um centro de detenção de indígenas, que funcionava em Resplendor, no estado de Minas Gerais.

Dourados - A 2ª audiência pública da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em Dourados (MS), prossegue neste sábado (26) com o testemunho de vários índios.

A sessão de sexta-feira foi marcada por relatos de violência contra indígenas. Um dos mais fortes foi o de Bonifácio Reginaldo Duarte, índio guarani de 74 anos, preso na década de 60, no Reformatório Krenak, um centro de detenção de indígenas, que funcionava em Resplendor (MG), no território dos índios krenaks.

"Ele narrou coisas que existiam lá dentro, contou o processo de trabalho forçado, espancamento no tronco. Se não fizesse o trabalho todo, o índio ia para o tronco, onde algumas pessoas acabaram morrendo", disse Marcelo Zelic, colaborador eventual do CNV e membro do grupo Tortura Nunca Mais.

Bonifácio contou ainda que pessoas que tentavam fugir do Reformatório Krenak eram levadas para uma ilha chamada Ilha das Cobras. Nesse local, com animais selvagens e carnívoros, os índios eram abandonados à própria sorte, e nunca mais eram vistos. Ele disse que o levaram para Minas Gerais com o argumento de que lhe ensinariam um ofício e, chegando lá, foi preso no Reformatório Krenak.

Integrante da CNV, a psicanalista Maria Rita Kehl, ressaltou a riqueza de detalhes dos depoimentos, sobretudo do índio guarani. "O depoimento do Bonifácio foi muito difícil. As posições que tinham que dormir, amarrados; pessoas que morreram, que não resistiram. Toda hora a gente fica com nó na garganta, embora os depoentes não sejam coitadinhos, são muito fortes".

Maria Rita disse ainda que os relatos obtidos na audiência pública ajudam na qualidade e celeridade do trabalho da comissão. "É de grande proveito para mim, porque se tivesse que ir em cada aldeia para ouvir todos os casos não daria tempo".

Indígenas colocam fogo em ônibus após acidente com morte no RS

SÍTIO G1/RS, 26.04.2014

Índio de 19 anos morreu após colisão contra o coletivo em Miraguaí.
Moto que ele pilotava sumiu, enquanto motorista do coletivo deixou o local.



Ônibus foi completamente destruído pelas chamas (Foto: Portela Online/Divulgação)

Indígenas colocaram fogo em um ônibus na madrugada deste sábado (26) em Miraguaí, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, em protesto contra a morte de um índio de 19 anos. Ele teria sido atropelado pelo coletivo enquanto pilotava uma motocicleta, como mostra a reportagem do RBS Notícias (veja o vídeo).

O acidente ocorreu por volta das 3h na ERS-330, ao lado da Reserva Indígena do Guarita. Segundo a Brigada Militar, o incêndio foi criminoso e começou logo após o acidente que vitimou o jovem no local. O coletivo ficou completamente destruído.

Pela manhã, parentes da vítima foram até o local do acidente. “É muito triste o que acontece aí. Trata-se de um ser humano”, lamentou Luiz Emílio, tio do jovem morto.

Quando a polícia chegou ao local do acidente o ônibus já estava em chamas e a moto que o indígena conduzia não estava mais lá. A polícia não sabe quem retirou o veículo. Conforme a Brigada Militar, a vítima não tinha carteira de motorista.

A Polícia Civil abriu dois inquéritos para investigar o caso. “Um para investigar a morte, o acidente de trânsito com o resultado morte, e o outro para investigar em que circunstância

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

esta moto sumiu e as causas do incêndio, quem cometeu o incêndio”, afirmou a delegada Caroline Bamberg Machado.

O motorista do ônibus fugiu logo após o atropelamento. O advogado da empresa responsável pelo veículo disse à polícia que o condutor foi ameaçado e, por isso, teve que deixar o local. Ele era a única pessoa dentro do ônibus no momento do acidente. O coletivo era usado para transportar índios da reserva para um frigorífico de Chapecó, Santa Catarina.



Produtores rurais bloqueiam BR-101 contra ocupação de terra por índios

SÍTIO G1/BA, 26.04.2014

*Manifestação aconteceu por quase 3 horas na região de Itabela, sul baiano.
Índios afirmaram que não abrem mão de terra e cobram por demarcação.*

Produtores rurais e integrantes do assentamento Terra Nova interditaram a BR-101, no povoado de Montinho, na região de Itabela, no sul da Bahia, por quase três horas neste sábado (26). A ação começou por volta das 12h e foi finalizada em torno das 15h.

O protesto foi realizado contra ocupações de oito fazendas perto de Porto Seguro por 16 aldeias indígenas da tribo pataxó, segundo afirmaram os manifestantes. De acordo com as informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o ato aconteceu em frente a uma das fazendas ocupadas neste sábado.

Um produtores, que não quis se identificar, conta que os produtores são impedidos de entrar nas propriedades. Em uma das estradas, segundo afirma, os indígenas monitoram a passagem de pessoas, que fica liberada até as 17h.

Por outro lado, os índios afirmam que a ocupação das terras é pacífica. Puhuy Pataxó, liderança da aldeia Barra Nova, comenta que os produtores não foram ameaçados e podem retirar gados e até a casa, enfatizando que eles querem somente a terra.

Os índios querem pressionar o governo para dar mais agilidade na demarcação de terras indígenas no extremo sul do estado. Eles reivindicam 54 mil hectares. De acordo com Araço Pataxó, eles não abrem mão das terras que estão dentro do território indígena.



Semana do Índio é encerrada com partida de futebol indígena

SÍTIO AGORA MS, 27.04.2014

Celebrando a importância do esporte para a cultura e tradição dos povos indígenas, a V Semana do Índio da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), teve seu encerramento neste sábado (26) com uma partida de futebol indígena. O evento que é organizado anualmente pela Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (Copai) teve palestras, feira de artesanato, culinária e danças indígenas.

A partida de futebol, sediada na quadra de areia do Parque das Nações Indígenas, contou com jogadores indígenas de aldeias urbanas de Campo Grande. "É uma celebração dos povos e sua cultura", explica a presidente da Copai, Samia Roges Jordy Barbieri, ao destacar que os povos indígenas não buscam a competição, mas sim promover a integração e resgatar a tradição. Na oportunidade, os jogadores receberam uma medalha de participação na partida de futebol e na Semana do Índio.

A prática do esporte pelos povos indígenas motivou dois índios sul-mato-grossenses a fundarem os Jogos Indígenas. Carlos Terena e Marcos Terena contaram o percurso para a execução dos Jogos no segundo dia da Semana do Índio, nesta sexta-feira (26). "Sempre pratiquei esportes e acreditei que poderia reunir os povos para celebrar a cultura. Foram 16 anos de dificuldades até que consegui apoio do Ministério dos Esportes para realizar os primeiros jogos em 1996", explicou Carlos Terena.

Atualmente, a dupla está organizando os Jogos Indígenas Mundiais, que deverão ser realizados em Palmas (TO) no mês de julho de 2015. "Já temos 36 países interessados em participar, o que deve reunir cerca de 2 mil povos indígenas", destacou Marcos Terena. Os Jogos Indígenas tem como mote "O importante não é ganhar, e sim, competir" e a proposta de ajudar no resgate da cultura dos povos indígenas.

Ainda no segundo dia de evento, a promotora Ana Lara de Castro proferiu palestra sobre violência à mulher indígena. Em sua apresentação, Ana Lara percorreu a História explicando como se deu a colonização e segregação, que criou estereótipos e preconceitos. Para ilustrar, a promotora utilizou o caso do genocídio ocorrido na Guatemala, em que muitas mulheres sofreram violência de várias formas. Com relação às mulheres indígenas de MS, de acordo com ela, são inúmeros os fatores que podem provocar o ato, dentre eles, a desestruturação social, a sufocação das crenças tribais, a introdução do álcool e o aumento da participação das mulheres nas atividades. "É necessário que a Lei Maria da Penha seja absorvida nas diversas comunidades. A mulher indígena precisa ter amplo acesso no atendimento em caso de violência doméstica", afirmou.

A V Semana do Índio da COPAI teve início na quinta-feira (25) com a palestra sobre a história da população indígena, ministrada pelo professor Antonio Dani Ramos. Tendo como tema a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

importância do esporte para a manutenção da cultura dos povos indígenas, o evento contou ainda com feira de artesanatos, danças indígenas, comidas típicas e a exibição do filme Xingu, feita no encerramento da Semana.



Jogos indígenas: queda de corpo e futebol são disputados no sábado

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 27.04.2014

Programação do segundo dia de competições tem disputas em duas modalidades. No domingo os jogos encerram com as finais do futebol e provas de cabo de guerra

A programação da terceira edição dos Jogos Universitários Indígenas (JUIRR), na manhã deste sábado (26) foram realizadas as disputas das modalidades queda de corpo e futebol. As disputas acontecem no 7º Batalhão de Infantaria de Selva (7º BIS).

Na queda de corpo, participaram seis atletas, sendo dois da Universidade Federal de Roraima (UFRR), dois do Exército Brasileiro e outros dois da Base Aérea de Boa Vista. A queda de corpo é uma luta indígena que exige força e concentração dos participantes.

Na referida luta, o atleta Júlio David Magalhães da UFRR levou a melhor e conquistou o primeiro lugar e em segundo ficou Enerson Alves. Na disputa entre o Exército Brasileiro e a Base Aérea de Boa Vista que participam da competição como convidados, o atleta Maycon Cordeiro da Silva da Base Aérea conquistou o primeiro lugar e em segundo, o atleta do Exército, Franknadson Celestino Diogo.

Julio David, que é aluno do curso de Gestão Territorial Indígena da UFRR disse que ficou satisfeito com o resultado. Em 2011, o estudante que é da etnia Yekuana, também participou da participou dos Jogos conquistando na época, o segundo lugar na queda de corpo.

“Esse ano conquistei o primeiro lugar. Fiquei muito contente e acredito que esse evento é importante para as futuras gerações indígenas porque resgata o esporte praticado nas comunidades”, destacou Júlio.

FUTEBOL

Também na manhã deste sábado (26) foram realizadas as primeiras partidas de futebol. O primeiro jogo foi entre as equipes masculinas UFRR 1 e UFRR 2. A equipe UFRR 1 levou a melhor e venceu a partida por 5x3. O segundo jogo foi entre as equipes convidadas da Base Aérea de Boa Vista e Exército. A Base venceu por 1 x 0. Já no terceiro jogo, foi a vez das meninas entrarem em campo. A disputa foi entre as equipes UFRR 1 e UFRR 2. A UFRR 2 ganhou o jogo com o placar 4x1.

COMPETIÇÃO

As disputas seguem na tarde desse sábado com as modalidades arco e flecha e futebol. Na manhã deste domingo (27), serão realizadas as finais do futebol e também o cabo de guerra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

Os JUIRR são uma realização da Federação Universitária de Esportes de Roraima (FUER) em parceria com o Exército Brasileiro. A competição é destinada exclusivamente aos estudantes universitários indígenas.

Esta edição conta com 130 participantes sendo 49 da Universidade Federal de Roraima (UFRR), além de 20 atletas da Base Aérea de Boa Vista e 15 atletas do Exército os quais participam da competição como convidados.

Também estava prevista a participação de atletas da Universidade de Brasília (UNB), porém, problemas de vôos na região não permitiram a chegada da equipe.



Mitologia indígena é tema de espetáculo infantil em Belém

SÍTIO G1, 27.04.2014

Yandra Guallupo se apresenta neste domingo, 27, às 17h30, na Estação. 'Mundaréu' é baseado em lenda dos índios Ticuna.

Integrante do grupo Teatro de Origem, a atriz Yandra Guallupo protagoniza o espetáculo infantil "Mundaréu", exibido neste domingo (27), a partir de 17h30, no anfiteatro São Pedro Nolasco, na Estação das Docas, em Belém.

"Mundaréu" é baseado em uma lenda dos índios Ticuna e narra a criação do mundo a partir do nascimento de dois irmãos: Hi-pi e Jo-í, que dão vida a todos os elementos da natureza. No decorrer da história, um fato inusitado e mágico muda o poder de criação desses meninos e o futuro dos povos indígenas.

"Mundaréu é uma explicação singela do nascimento da humanidade e dos homens brancos sob o olhar indígena. É atual, reflexivo e pertinente nesses tempos de tantos conflitos étnicos", destaca a artista.

A abordagem ligada a mito e identidade, presente no conto, é característica principal do Teatro de Origem, grupo que Yandra integra. O espetáculo reúne diversas formas de expressão como o teatro, dança, música e canto.

Serviço: Espetáculo infantil "Mundaréu" com a atriz Yandra Guallupo neste domingo (27), no Anfiteatro São Pedro Nolasco, da Estação das Docas, em Belém. Entrada gratuita.



Programa das Nações Unidas seleciona consultor

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.04.2014

Profissional vai atuar em projeto de apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades negras tradicionais

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), seleciona consultor para elaboração de um Guia Orientador contendo metodologia. O objetivo da contratação é a realização de mapeamentos socioeconômicos e culturais de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

Os requisitos para a função são mestrado na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas e experiência de três anos na implementação de projetos com povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Os interessados deverão enviar currículo para secomt.seppir@seppir.gov.br, no período de 28 de abril a 07 de maio. Acesse o termo de referência.

PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento executa projetos em diferentes áreas e oferece aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial.

O auxílio é realizado por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional.

O PNUD tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, buscando alinhar seus serviços às necessidades de um país dinâmico, multifacetado e diversificado.

Os projetos são realizados em parceria com os governos dos Estados Nacionais, as instituições financeiras internacionais, o setor privado e a sociedade civil.

Fonte:

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e PNUD Brasil



Defensor de direitos humanos é cada vez mais criminalizado no País, diz estudo
SÍTIO ÚLTIMO SEGUNDO/IG, 27.04.2014

Relatório que será lançado em maio abordará ainda as formas encontradas pelo Estado para enquadrar os movimentos sociais

A criminalização de movimentos sociais e de ativistas de direitos humanos no Brasil é crescente e as políticas adotadas pelo próprio governo não foram suficientes para barrar este processo nos últimos quatro anos. Esta é a principal conclusão do relatório “Na Linha de Frente – Criminalização dos Defensores de Direitos Humanos no Brasil”, que será lançado no próximo mês pela organização Justiça Global.

O documento analisa as ameaças, assassinatos, prisões, e outras formas encontradas pelo Estado, quando demandado por setores mais conservadores, para desqualificar a luta em defesa dos Direitos Humanos no período entre 2006 e 2012.

Para a coordenadora da organização, Sandra Carvalho, embora o documento trate de fatos ocorridos até 2012, o processo de criminalização se radicalizou ainda mais nos últimos dois anos, já que os grupos vulneráveis citados no estudo permaneceram perseguidos e outros conflitos se somaram. “O que a gente percebe é que os conflitos citados no documento não foram solucionados e mais problemas surgiram”, ressalta Sandra Carvalho.

Entre as violações citadas no texto está o conflito indígena no sul da Bahia envolvendo o povo Tupinambá. O mais recente episódio deste conflito foi a prisão do líder indígena Rosival Ferreira da Silva, conhecido como Cacique Babau, que se entregou à Polícia Federal na quinta-feira (24). Ele seria recebido pelo papa Francisco, em Roma, para falar da luta pela terra do povo Tupinambá, mas foi impedido de sair do país devido a acusação de ter participado do assassinato de um pequeno agricultor, fato negado pelo cacique.

“Um exemplo de resistência política é a luta travada pelos Tupinambás, no Sul da Bahia, para garantir o direito às suas terras, cultura e, até mesmo, identidade indígena. Esse povo tem sido vítima de um forte processo de criminalização, que envolve latifundiários, Polícia Federal, poder público e os meios de comunicação”, aponta o texto.

“O acirramento de violências contra este povo vem se dando desde que o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá, elaborado por um grupo técnico de trabalho constituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em cumprimento à Constituição Federal, ao Estatuto do Índio e ao Decreto 1775/96, foi publicado em 1996. Desde então os Tupinambá têm sido intenso alvo de acusações, ameaças, tentativas de homicídio, além de sofrer uma forte campanha discriminatória por parte da classe política e econômica local, que historicamente invade e destrói a Terra Tupinambá”, descreve o relatório ao qual o iG teve acesso.

CONT.



Entre os casos apontados, estão os atos violentos contra comunidades tradicionais atingidas por grandes empreendimentos na Amazônia e no Nordeste brasileiro. Neste contexto, o documento analisa os conflitos no Pará, produzidos pela intensa atividade mineradora, a luta do povo Truká pela recuperação de seu território e contra a transposição do Rio São Francisco, obra prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. O documento também relata a violência contra o povo Guajajara no Maranhão.

Na região Sudeste, o documento também relata, entre outros casos, o processo de criminalização de pescadores do município de Magé, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, contrários a empreendimentos da Petrobras. Neste caso, o relatório detalha o caso de Alexandre Anderson de Souza, que é presidente da Associação de Pescadores de Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR) e foi incluído, junto com sua esposa Daize Menezes de Souza, no Programa Nacional de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2009, depois de repetidas ameaças e atentados contra a sua vida.

“A instalação dos dutos da Petrobrás inviabiliza a pesca artesanal, deixando os pescadores sem condições de trabalho e ou de se manter através dessa atividade econômica”, destaca.

Confira alguns dos principais pontos do relatório:

Formas mais comuns de criminalização de movimentos sociais no Brasil

O relatório “Na Linha de Frente – Criminalização dos Defensores de Direitos Humanos no Brasil”, que será lançado no próximo mês pela organização Justiça Global mapeia as principais práticas de criminalização às quais os defensores de Direitos Humanos no Brasil são submetidos.

Desqualificação: Busca distorcer os sentidos e objetivos das demandas, discursos e práticas de determinados indivíduos ou grupos sociais, de modo a promover a sua difamação pública.

Invisibilização: Processo pelo qual se oculta a demanda, contexto social ou quaisquer manifestações de indivíduos ou grupos sociais, de modo a evitar que conquistem publicidade perante a sociedade, mídia ou instituições estatais.

Inferiorização: Estratégia que atinge indivíduos ou grupos sociais ao reduzir ou ignorar completamente a legitimidade de sua alteridade, historicidade, dignidade, diferenças culturais ou prática social.

Não-reconhecimento de direitos: Ocorre quando determinado grupo não tem na lei o reconhecimento de seus direitos. É o caso das violações cometidas contra a população LGBT que, apesar de não ser proibida por previsão penal a diversidade de gênero e de orientação sexual, esse segmento tem restringido o seu reconhecimento na medida em que diversos direitos previstos para relações de base heterossexuais.

Omissão: Decorre da falta de ação do Estado em vista de contexto de recorrente, flagrante ou
CONT.



iminente violação de Direitos Humanos contra indivíduos ou grupos sociais.

Cooptação: Estratégia de aliciamento de indivíduos ou grupos sociais, através de do oferecimento de vantagens políticas ou financeiras, para dissuadi-los, dividi-los ou exercer controle hierárquico de suas demandas.

Despolitização/individualização: Consiste em retirar o aspecto político de determinada luta social, ao individualizar a responsabilidade. Ocorre quando se atribui a um único indivíduo o interesse por demandas que são da coletividade.



Em redes sociais, jovens mostram orgulho de ser índio com selfie "cara pintada"

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 27.04.2014

Deixar o curtir e compartilhar de lado e tirar os olhos da timeline para fazer um "tour" pelos perfis do Facebook pode ser uma experiência para lá de interessante. O Lado B fez isso e, entre uma bisbilhotada e outra, notou que as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, e do Brasil como um todo, estão bem representadas na plataforma fundada por Mark Zuckerberg. Adolescentes, jovens e adultos, de várias etnias, têm se mostrando cada vez mais e provado, a cada dia, que a luta continua e que a cultura de um povo é, sem dúvida, seu maior tesouro.

O orgulho de ser Guarani, Kaiowá, Nandeva, Kadiwéu, Terena, Kinikinau, Guató ou Ofaié, por exemplo, aparece de várias formas, seja no selfie com rosto pintado, no vídeo de uma dança típica, no nome indígena cheio de caracteres e praticamente impronunciável, na foto segurando o diploma de um curso superior, ou na beleza dos acessórios e pinturas corporais.

Tudo é motivo para mostrar que, sim, o índio tem seu valor, sente imenso orgulho de sua cultura, merece reconhecimento, respeito e tratamento digno de um ser humano. Tsumeywa Xavantinho Manhoso, que, na rede, informa morar em Campinápolis, no Mato Grosso, é um exemplo.

"Grandes desafios irão acontecer na minha vida, mas sei que sou guerreiro, filho do Brasil. Minha cultura é o meu orgulho. Ser índio não foi minha escolha..." escreveu no Facebook, acima de uma foto em que aparece pintado, de cocar e empunhando arco e flecha.



Postagem de Tsumeywa Xavantinho Manhoso no Facebook. (Foto: Reprodução)

Comunidade conectada - Nascida e criada em Campo Grande, Sylmara Terena Cândia, de 23

CONT.



anos, se considera uma “índia praticamente urbanizada”. A acadêmica de gestão de recursos humanos, que mora na comunidade Água Bonita, a 10 minutos da saída para Cuiabá, é mais uma que não consegue mais ficar sem a internet.

Eleita, em 2009, a mais bela índia de Mato Grosso do Sul, Sylmara se mostra, em desfiles e ensaios, mas também “dá a tapa a cara”, briga pela causa e vive compartilhando notícias de interesse das comunidades. “Eu uso mais para divulgar a cultura do meu povo, mas é claro que também bato um papo com meus amigos”, disse, ao comentar que “ninguém mais consegue ficar sem internet”.

Na avaliação da estudante, as redes sociais servem, neste sentido, para desmistificar a imagem que muita gente ainda tem dos índios. “Tem pessoas que acham que a gente fica no mato, não mora na cidade e não sabe nem mexer com celular, mas, com isso, percebem que é totalmente diferente”, comenta.

Ferramenta de interação e expressão - Graduada em direito e mestranda em antropologia social na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a terena Simone Eloy Amado, de 27 anos, moradora da aldeia Ipegue, em Aquidauana, a 135 quilômetros de Campo Grande, argumenta de maneira semelhante: “Muitas vezes somos vistos com aquela visão de colonização, onde temos que aceitar tudo o que nos é imposto quando, na verdade, avançamos, e muito”.

Simone comenta que tem percebido essa mudança de comportamento por parte das comunidades que, agora, vivem conectadas, buscando, nas palavras dela, “apoio para as suas lutas”.

“É uma forma que encontramos de denunciar o descaso que o Estado faz contra os indígenas”, disse. Essa é uma das funções do Facebook, explicou, mas a intenção vai além. A rede social é, também, é uma ferramenta de interação e expressão.

Os jovens que pintam o rosto e se mostram ao mundo, são pessoas, disse, que hoje frequentam a universidade e que, lá dentro, percebem a importância de divulgar a própria cultura. “Quando fazemos isso percebemos que tem pessoas querendo se juntar a nós para somar”, enfatizou.

Luta compartilhada - Essa busca por reconhecimento e valorização começa nas comunidades e acaba ganhando o apoio de importantes instituições. A UCDB (Universidade Católica Dom Bosco), por meio do Neppi (Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas), é uma delas.

Em parceria com outras três universidades, o Núcleo coordena um projeto (Rede de Saberes) de incentivo à pesquisa e iniciação científica, laboratório de informática, suporte à participação e organização de eventos, entre outras atividades.

Em 2013, só na UCDB, 96 indígenas foram beneficiados. Quase todos os acadêmicos indígenas que participam do Rede têm e-mail e perfil no Facebook. A Rede de Saberes também mantém

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

uma Fan Page, com 1.190 membros. As postagens são principalmente textos, livros e notícias sobre a temática indígena.

Já o perfil do NEPPI/UCDB tem 2.725 seguidores de diversas etnias e regiões do Brasil. Existem outros, coordenados pelos próprios indígenas, como o Aty Guassu e Resistência do Povo Terena.

O Núcleo também está desenvolvendo um projeto chamado Pontos de Cultura Indígena, que está em fase de implantação. A iniciativa, que conta com financiamento do Ministério da Cultura, prevê a implantação de Pontos de Cultura em cinco aldeias - Buriti, Te'yikue, Porto Lindo, Amambai e Panambi. A ideia é possibilitar a essas comunidades o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação.

A história de uma sobrevivente que tem Brasil até no nome

SÍTIO UMUARAMA ILUSTRADO, 27.04.2014



Umuarama – Muito se falou sobre a história dos nativos brasileiros que foram subjulgados a cultura europeia e, que hoje, estão praticamente extintos ou reduzidos a 'meia dúzia' de tribos sufocadas por interesses macroeconômicos.

Dentro de suas possibilidades, até por falta de material científico confiáveis, professores até tentam manter as memórias destas civilizações, mas em grande parte, o máximo que conseguem é fantasiar seus alunos e influenciá-los a fazer dancinhas com penas nas cabeças que reproduzem os estereótipos romantizados e poéticos narrados em verso e prosa pelos colonizadores de outrora.

Como forma de enveredar pelo outro 'lado da moeda', - repercutindo ainda o Dia do Índio (19 de abril) - a reportagem procurou Maria Rosa Brasil Tiaguá, 63, uma das duas índias, genuinamente Xetá, que ainda vivem em terras um dia ocupadas por seu povo.

Entregue ao tio depois que o pai Raicobai e a mãe Nhatie morreram, a Tiguá (menina em Xetá) foi dada a uma família de produtores rurais.

"Tinha 6 ou 7 anos, mas lembro que chorava muito e fiquei um bom tempo sem falar porque não entendia o que os brancos diziam", recorda ao ser interrompida pela filha Indianara Brasil, 30. "Todo mundo conta a história, fala bonito, mas a verdade que passamos não contado por ninguém", falou sob aprovação da mãe.

Com síndrome do pânico – talvez agravado em decorrência do sofrimento que testemunhou durante a infância -, Indianara não trabalha e conta que, assim como a mãe, vive com o salário de pedreiro, do marido.

CONT.



"Na verdade a família que cuidou da minha mãe o fez com o interesse de ter uma empregada, pois nas fotos antigas vemos seus 'irmãos brancos', bem arrumados, com sapatos e minha mãe descalças, com roupinhas muito inferiores a dos outros".

Tiguá diz que os 'irmãos brancos', filhos do pai de criação Antônio (in memorian) e da mãe de criação, Carmelita Freitas, são professores, bancários e até advogados. "Não estudei porque trabalhava em casa e diziam que índio não aprendia, que era burro e que só servia para serviços pesados", recordou.

A falta de estudo cerceou ainda mais o futuro de Tiguá que envolvida com os trabalhos domésticos só foi ter seu primeiro ordenado aos 30 anos, com o nascimento da primeira filha (Indianara).

"Minha mãe nunca teve uma carteira assinada. Hoje, doente e sem forças para trabalhar sonha com uma aposentadoria que lhe é negada pelo governo", indignou-se.

Tiguá ainda teve outra filha, Tânia de Melo Sabino, 27. A criança, fruto de um relacionamento 'constrangedor', com o filho do patrão – para quem trabalhou em Amambai (MS) -, teria sido vendida. "Já procurei pela internet, mas nunca a encontrei. Esta história é uma ferida que não se fecha", definiu Indianara.

Questionada sobre sua história de vida e incentivada a fazer uma análise do que lhe aconteceu, Tiguá se emociona.

Entre lágrimas e uma ingenuidade inimaginável, encontra nos substantivos da língua colonizadora: sofrimento e exploração, a versão de alguém que sobreviveu a um dos maiores genocídios da história da humanidade. São as palavras de quem tem Brasil até no nome. Quem pode contestá-la? (Cleverson Eduardo Zanquetti especial para Ilustrado).

REMANESCENTES

Dentre os remanescentes, genuinamente Xetá, da tribo que ocupava uma extensa faixa de terras no Noroeste do Paraná – entre os rios Paraná e Ivaí -, há apenas seis sobreviventes, reconhecidamente. Além de Maria Rosa Brasil Tiguá e Ana Maria Tiguá – ambas moradoras em Douradina – a cerca de 60 quilômetros de Umuarama -, Rondon Xetá, mora em Chapecó (SC) e atua como enfermeiro.

Outro que tem uma situação um pouco melhor é Tiuem Xeta, policial militar em Curitiba. Aã e Kuein residem em Guarapuava. A primeira é dona de casa e o segundo tem idade avançada, por isso, vive de doações.

Segundo o historiador e mestre em populações indígenas no Noroeste do Paraná, o professor Murilo Rebecchi, os Xetá foram desaparecendo de forma gradativa. "Morreram em contato com doenças trazidas pelos brancos, foram assassinados em confrontos diretos, envenenados e intoxicados com alimentos incomuns a eles. No entanto, a maioria migrou espontaneamente e de forma forçada. Assim, acabaram desaparecendo quase que completamente", definiu.



Água que abastece quilombo pode ter sido envenenada por agrotóxico

SÍTIO G1, 27.04.2014

*Caso ocorreu em Itapeva, SP; 56 famílias vivem no local.
Água será analisada para comprovar o envenenamento.*

Moradores do Quilombo do Jaó, em Itapeva (SP), estão assustados depois que o reservatório de água do local foi possivelmente envenenado. A caixa d'água coletiva, que abastece as casas das 56 famílias que vivem na área, foi contaminada por pesticida nesta sexta-feira (25). A denúncia é do líder da comunidade quilombola. Segundo ele, o crime foi descoberto depois que os moradores perceberam o cheiro de produto químico na água. Ninguém foi preso ou ficou ferido.

Em entrevista ao G1, o líder da comunidade, Antônio Aparecido de Oliveira Lima, conta que a situação foi percebida por dois moradores. Um deles chegou a beber a água. "Uma dessas pessoas sentiu o cheiro forte quando foi lavar o rosto de manhã. Já o outro também sentiu o cheiro, mas mesmo assim bebeu. Eles então vieram me procurar para dizer que havia algo estranho na água", explica.

Ainda de acordo com Antônio Lima, ele foi até o reservatório acompanhado de outros moradores e perceberam que o local estava com resquícios de veneno. "Quando subi na caixa, vi que tinha um pó espalhado por todos os lados. Ao jogarem aquele produto na água, ele também se espalhou e ficou parado em cima dos canos e ferragens", ressalta

Ele ressalta que a polícia foi acionada, assim como a Vigilância Ambiental da cidade. "Tanto a polícia, quando a Vigilância passaram o dia investigando, mas ninguém que possa ter feito isso foi localizado", explica.

O morador que ingeriu a água foi levado ao hospital para passar por exames, mas até a manhã desde sábado não havia apresentado reação. Uma amostra da água também foi recolhida e levada para análise. "Foi uma ação criminosa. Alguém veio de fora para fazer isso porque aqui na comunidade não usamos esse tipo de veneno nas nossas lavouras", denuncia Lima.

Segundo a gerente da Vigilância Ambiental, Tatiana Ribas Gemignani, a água coletada na sexta-feira no reservatório central da comunidade está armazenada em um refrigerador, e será enviada na segunda-feira (28) para o Instituto Adolfo Lutz em São Paulo.

Ela ainda afirma que a primeira avaliação aponta que o produto usado no envenenamento pode ser agrotóxico. Até domingo (27), as outras caixas d'água, ao todo 32, também serão esvaziadas e limpas por uma empresa terceirizada da cidade.

A Sabesp informou que a Comunidade Quilombola do Jaó não é operada pela companhia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

Entretanto, enviou na manhã deste sábado (26) um caminhão pipa para atendimento emergencial dos moradores. O abastecimento de água da comunidade quilombola é mantido pela própria comunidade em parceria com a prefeitura da cidade.



Indígenas no extremo sul da Bahia fazem cinco ações de retomada de territórios tradicionais

SÍTIO CIMI, 28.04.2014

Cansados de esperar por uma solução por parte do governo brasileiro acerca da regularização de suas terras, indígenas Pataxó e Pataxó Hã Hã Hãe, do extremo sul da Bahia, realizaram cinco ações de retomadas entre os dias 17 e 24 de abril, nos territórios: Barra Velha, Cahy-Pequi, aldeia Renascer e no município de Alcobaça (BA).

Dia 17

Cerca de 100 indígenas Pataxó ocupam a fazenda Mucugê, próxima ao distrito de Corumbau-Prado (BA), área com 50 hectares e dentro dos limites de estudos no Território Cahy-Pequi. Após varias ações de retomadas neste Território Indígena, os fazendeiros entraram com diversas ações de reintegração de posse na Justiça Federal de Teixeira de Freitas. O Juiz local expediu, no dia 24 de março, carta precatória destinada à Fundação Nacional do Índio (Funai) e à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), para que o Relatório de Identificação Delimitação do Território Indígena Cahy-Pequi fosse publicado dentro de 60 dias.

Dia 19

Um grupo com aproximadamente 50 indígenas do povo Pataxó Hã Hã Hãe, que vivem a mais de 40 anos na região do município de Alcobaça, extremo sul da Bahia, fizeram a retomada de uma área de 50 hectares de eucaliptos pertencente à empresa Fibria Celulose S.A. Os Pataxó Hã Hã Hãe querem a terra para plantar e construir suas moradias e lideranças já informaram que foi entregue à Funai o pedido para a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para realizar estudos antropológicos na região, onde vivem cerca de 40 famílias indígenas.

Ainda no dia 19 houve outra ação de retomada, na fazenda "caveira", dentro dos limites de revisão da terra indígena Barra Velha.

Dia 24

Cerca de 500 indígenas retomaram outras duas áreas dos limites de revisão da Terra Indígena Barra Velha: fazendas Barra Mansa e Brasília. Com esta ação os indígenas querem pressionar o governo para dar mais agilidade na demarcação de terras indígenas no extremo sul do estado. A reivindicação é por 54 mil hectares. De acordo com Araço Pataxó, não vão abrir mão das terras que estão dentro do território indígena. Os Pataxó aguardam a expedição da carta declaratória pelo Ministério da Justiça

Uma manifestação organizada por fazendeiros da região interditou no último sábado (26) a BR-101. Os latifundiários, juntamente com integrantes do assentamento Terra Nova - criado pelo INCRA dentro do território indígena Barra Velha, protestaram por 3 horas contra a ocupação das terras.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

Carta de solidariedade das mulheres Xerente ao cacique Babau Tupinambá
SÍTIO CIMI, 28.04.2014

Carta de solidariedade

ao nosso amigo Cacique Babau Tupinambá

Nós, mulheres Xerente das aldeias: Traíra, Vão Grande, Bela Vista, Mata do Coco, Bruprê, São José, Salto, Aldeia Nova, Cachoeira e Mirassol, estivemos reunidas nos dias 26 e 27 de abril, na aldeia Karêhu, no município de Tocantínia (TO). Estamos tristes com a prisão do cacique Babau Tupinambá, e exigimos que a Justiça brasileira liberte imediatamente o nosso amigo, pois quando defendemos a nossa mãe terra, somos acusados injustamente.

Babau, ficamos sabendo da notícia que percorreu o Brasil e a nossa terra está triste com a sua prisão, os rios estão chorando. Declaramos às autoridades brasileiras que os territórios indígenas estão sendo ameaçados todos os dias, com inúmeras invasões, e nós mulheres Xerente vamos defender com nosso sangue.

Parem de criminalizar nossas lideranças, estamos defendendo a nossa vida.

Libertem Babau Tupinambá, somos povos livres e queremos viver em paz!

Esperamos que as autoridades enxerguem a injustiça que estão fazendo com Babau, e liberte rápido o nosso amigo de luta, que defendeu os direitos dos nossos povos.

Atenciosamente,

Mulheres Xerente



Nota Pública de Esclarecimento sobre a Terra Indígena Tupinambá de Olivença e a Prisão do Cacique Babau Tupinambá

SÍTIO CIMI, 28.04.2014

A Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai) vem mais uma vez a público manifestar sua posição acerca dos últimos acontecimentos envolvendo o grave conflito estabelecido na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, - Sul da Bahia, entre indígenas Tupinambá e não índios que culminou, mais uma vez, com a prisão do Líder Indígena Rosivaldo Ferreira da Silva, o Cacique Babau.

Como já esclarecemos em outras ocasiões, é indiscutível a presença indígena na área historicamente reivindicada pelos Tupinambá, conforme consta na vasta literatura etnológica e histórica sobre este povo, corroborada por vários pesquisadores da atualidade, vinculados a renomadas universidades nacionais e estrangeiras.

A Terra Indígena Tupinambá, que se estende por partes dos municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, conforme relatório circunstanciado de identificação e delimitação publicado pela FUNAI em 2009, se constitui em terra de habitação tradicional do referido povo, estabelecido na região desde antes da chegada do colonizador português e posteriormente fixado, pelos jesuítas, no início do século XVII, no aldeamento de Nossa Senhora da Escada (atual vila de Olivença), na porção litorânea desse território, que abriga ainda cerca de outras trinta comunidades locais do povo Tupinambá.

A comunidade da Serra do Padeiro, uma das que compõem a referida Terra Indígena, vem se destacando ao longo dos anos pela contundente atuação na luta pelos seus direitos, sobretudo o direito à terra, o que, por sua vez, vem suscitando uma intensa campanha, notadamente por parte da elite e da mídia nacional e local contra seus líderes, a exemplo de Rosivaldo Ferreira da Silva, o Cacique Babau, que tem sido vítima de inúmeros insultos e acusações que culminaram com sua prisão no ano de 2010, o que gerou grande repercussão nacional e internacional, e que agora em 2014 se repete, sob a acusação de assassinato, dentre outras..

A Anai desde o ano de 2001 vem acompanhando a trajetória dos Tupinambá de Olivença e notadamente, a partir do ano de 2006, vem desenvolvendo em parceria com os Tupinambá, na comunidade da Serra do Padeiro, projetos que incentivam suas ações em áreas como educação e agroecologia, tendo sido testemunha, portanto, da extrema organização presente nesta comunidade, o que a tornou referência para os demais povos do nordeste e do Brasil em termos de articulação interna e de sustentabilidade, o que, por sua vez, a tem feito alvo de tantas acusações e especulações negativas por parte dos setores ligados ao agronegócio.

A campanha anti-indígena que vem se instalando nos meios de comunicação (veja aqui), e permeando vários setores da chamada sociedade civil, tem como claro objetivo minar qualquer tentativa por parte dos povos indígenas de efetivarem seus direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, ganhando força e pondo em risco diversas nações indígenas no

CONT.



Brasil, sendo a criminalização dos líderes dessas uma das suas principais estratégias de ação, a qual repousa no desconhecimento histórico profundo da sociedade nacional acerca dos povos indígenas.

Termos como "falsos Índios", "supostos Índios", "pretensos índios", dentre outras designações preconceituosas veiculadas pela mídia, reforçam a idéia do senso comum de um estereótipo de índio que nos remete ao século XVI, do "índio puro", do "índio legítimo", que descartaria completamente os índios do presente, que, assim como outros povos, têm sua cultura dinâmica, e, portanto, capaz de mudar e se reinventar ao longo da história, não obstante isso, preservando sua identidade.

O Povo Tupinambá, primeiro povo a estabelecer contato com o colonizador português no litoral sul da Bahia em 1500, vítima de tantos esbulhos, muitas vezes compelido a migrar de seus territórios tradicionais para não ser dizimado, proibido de exercer livremente sua cultura, e, via de regra, forçado a negar sua própria identidade étnica diante de ameaças de retaliações, se coloca na atualidade, século XXI, diante da sociedade nacional como sujeitos de direitos, e, mais do que isso, como agentes capazes de fazer valer estes direitos, ação que lhes custa muito caro, como podemos constatar quando verificamos os inúmeros casos de criminalização e prisão arbitrária de lideranças indígenas, ademais de outras formas de violência contra estes povos.

A Anáí reafirma a necessidade urgente de conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá, que está em curso, mediante assinatura de portaria declaratória de posse permanente indígena pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, uma das últimas etapas do processo de regularização fundiária de uma terra indígena, para que, deste modo, o processo siga seu curso legal e o conflito não tome proporções ainda maiores.

A Anáí entende ser de suma importância a intercessão do governo do Estado da Bahia e do governo Federal para que o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá seja concluído com a maior brevidade possível.

Entendemos ainda que a presença do exército e da Força Nacional de Segurança na Terra Indígena somente tem acirrado o conflito e que a prisão de Líderes indígenas, como a de Rosivaldo Ferreira da Silva, não pode e não deve ser prática corrente do governo brasileiro sob o pretexto de "minimizar conflitos" em terras indígenas, devendo sim se efetivar o cumprimento dos processos legais de regularização das terras indígenas no país com a maior celeridade possível, o que infelizmente vem sendo cada vez mais desconsiderado pelo governo Brasileiro, gerando consequências trágicas para os povos indígenas no Brasil, com prisões indevidas e assassinatos de líderes indígenas e trabalhadores rurais em todo território nacional.

Salvador, 27 de Abril de 2014

Anáí - Associação Nacional de Ação Indigenista



Ministro da Justiça descumpre acordos e povo Kaingang reinicia a autodemarcação de seus territórios

SÍTIO CIMI, 28.04.2014

A possibilidade de um desfecho tranquilo para a questão das demarcações de terras indígenas no Rio Grande do Sul esteve mais uma vez nas mãos do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Infelizmente, o ministro, ao invés de optar pela solução dos problemas e com isso assegurar o cumprimento dos direitos constitucionais dos povos indígenas e dos pequenos agricultores, preferiu descumprir os acordos que firmou com os Kaingang e Guarani em Brasília no mês de março deste ano.

O Ministro Cardoso, na ocasião, garantiu às lideranças que o governo daria continuidade aos procedimentos demarcatórios de quatro áreas reivindicadas há muitas décadas e que seria organizada uma reunião de trabalho com a finalidade de definir um cronograma de ações para concluir os procedimentos demarcatórios. A reunião de trabalho acertada - inclusive com ofício formal em papel timbrado e assinado pelas mãos do ministro - foi agendada para o dia 05 de abril. A reunião não aconteceu porque o ministro José Eduardo Cardozo descumpriu o acordo, marcando e desmarcando sua vinda ao Estado por mais de três vezes. Ou seja, depois de um mês de adiamentos de prazos para a reunião entre os povos indígenas e o governo, absolutamente nenhuma providência foi tomada no que se refere a demarcação dos territórios indígenas.

Diante do descumprimento dos acordos, do modo desrespeitoso com o qual os indígenas estão sendo tratados e sem ter outra alternativa que lhes assegure o direito constitucional de acesso a terra, algumas comunidades Kaingang decidiram retomar, por conta própria, partes de seus territórios tradicionais. As lideranças das comunidades afirmam que, com essa ação, pretendem também chamar a atenção dos poderes públicos para que solucionem as demandas dos pequenos agricultores que se encontram sobre as terras a serem demarcadas.

Nesta segunda-feira, dia 28, os Kaingang da TI Passo Grande do Rio Forquilha, localizada no município de Sananduva (RS) ocuparam a capela de Bom Conselho e parte da sede onde residem alguns agricultores e anunciaram de forma definitiva que não sairão mais de sua terra ancestral. Ao mesmo tempo, indígenas de outras aldeias Kaingang como TI Kandóia, localizada no município de Faxinalzinho e a TI Rio dos Índios, localizada no município de Vicente Dutra passaram a trancar rodovias vicinais de acesso à sede do município e também o acesso a Chapecó e às rodovias estaduais e federais anunciando que se somarão aos processos de autodemarcação se suas demandas não foram atendidas imediatamente.

Além das demarcações e homologações das áreas de Passo Grande do Rio Forquilha, Kandóia e Rio dos Índios, que constituíram o passo inicial do movimento, a reivindicação dos indígenas contempla também a demarcação imediata da terra indígena Guarani do Irapuá, localizada no município de Caçapava do Sul, onde mais de 20 famílias Guarani Mbya vivem acampadas nas margens da rodovia BR - 290 aguardando a portaria declaratória que deve ser expedida pelo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

ministro da Justiça Eduardo Cardozo, e com isso poderem acessar sua área tradicional, identificada e delimitada há mais de uma década pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O descumprimento dos acordos com os povos indígenas estimula, em última instância, a violência, a tensão e insegurança entre indígenas e agricultores. Vale ressaltar que muitos dos pequenos agricultores diretamente afetados pelos procedimentos de demarcação já manifestaram ao próprio Ministro José Eduardo Cardozo o posicionamento de que preferem uma solução pacífica através da justa indenização e a consequente conclusão dos procedimentos de demarcação das terras indígenas. Para os agricultores, a culpa pela situação de conflito e insegurança é do governo federal, que negligencia seu papel em detrimento de interesses econômicos dos ruralistas e de sindicatos rurais ligados a eles. Por fim, caso houvesse vontade política do ministro da Justiça em resolver a situação, poderia fazê-lo desde Brasília, pois tem atribuições constitucionais para isso, sendo inclusive desnecessário o seu deslocamento para o Rio Grande do Sul.

O Conselho Indigenista Missionário reitera seu irrestrito apoio aos povos indígenas que lutam pelos seus direitos constitucionais e humanos, repudia a estratégia protelatória do ministro José Eduardo Cardozo na solução dos problemas e, assim como as lideranças indígenas já alertaram de que, se houverem conflitos, todo sangue indígena derramado será responsabilidade do Governo Federal, especialmente do ministro da Justiça.

CIMI SUL

Chapecó, 28 de abril de 2014.



Obras do Acervo Indígena da UFMG são expostas na Biblioteca Central

SÍTIO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFMG, 28.04.2014

Pablo Lima, professor FaE, curador do Acind-UFMG

O universo da literatura de autoria indígena tem crescido nas últimas décadas, em sintonia com a consolidação da Educação Indígena diferenciada, direito constitucional garantido aos povos indígenas que vivem no território brasileiro. A UFMG é protagonista na história da educação e da literatura indígena no Brasil, especialmente por meio da Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI), curso regular de graduação situado na Faculdade de Educação.

O Acervo Indígena da UFMG (Acind), coleção especial da Biblioteca Universitária, em parceria com o grupo de pesquisa Literaterras – escrita, leitura, traduções, e com o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de História (LabepeH) apresentam a exposição O Livro Indígena Contemporâneo: obras do Acervo Indígena da UFMG.

A mostra traz uma seleção de livros do Acind que foram produzidos no âmbito do núcleo Literaterras, desde a redação do texto até a ilustração e edição. O Acind guarda os manuscritos e ilustrações originais, as primeiras impressões (bonecas), bem como fotografias do processo de produção dos livros: Curar, de autoria de índios maxakali; Vatu Hoom, de autoria de índios krenak, e a Caixa de Literatura, de autoria de indígenas xacriabá. Trata-se de livros de autoria coletiva, uma das características de parte significativa da literatura indígena.

A exposição O Livro Indígena Contemporâneo: obras do Acervo Indígena da UFMG poderá ser apreciada no Setor de Obras Raras e Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da UFMG, no 4º andar da Biblioteca Central, de 05 de maio até 11 de junho de 2014, das 8h às 17h.



Vítimas de acidente em Jacareacanga são veladas

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 28.04.2014

Estão sendo velados desde a madrugada desta segunda-feira (28), em Itaituba, no sudoeste paraense, os corpos das três primeiras vítimas que foram retiradas dos destroços do avião que caiu próximo ao município de Jacareacanga.

Os corpos das três técnicas de enfermagem chegaram ao município por volta das 19h, e seguiram para o Instituto Médico Legal (IML), onde passaram por reconhecimento. Por volta das 23h eles foram liberados, e seguiram para o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), onde trabalhavam.

Os corpos deverão seguir nesta tarde para os municípios de origem, onde serão enterrados.

Ainda durante a manhã, as equipes de resgate realizam a operação para resgatar os outros dois corpos que continuam presos na aeronave.

(DOL com informações da Rádio Clube)



Terra Indígena Marãiwatsédé livre de invasões e construções ilegais, diz FUNAI
SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS, 28.04.2014

A Terra Indígena, reconhecida pelo Estado brasileiro como terra tradicional indígena e homologada por decreto presidencial em 1998, tem 165 mil hectares e abrange parte dos territórios das cidades de Alto Boa Vista

Agência da Notícia com Redação

Todos os imóveis e estruturas ilegais ainda existentes na Terra Indígena Marãiwatsédé, do Povo Xavante, foram desmontados por uma equipe da Fundação Nacional do Índio (Funai), acompanhada pela Polícia Federal. O trabalho começou este ano, após nova invasão de posseiros e determinação da Justiça Federal do Mato Grosso. A operação foi coordenada pelo governo federal, que retirou cerca de 40 pessoas do antigo povoado de Posto da Mata. No restante do território não foram encontrados mais invasores.

A Terra Indígena, reconhecida pelo Estado brasileiro como terra tradicional indígena e homologada por decreto presidencial em 1998, tem 165 mil hectares e abrange parte dos territórios das cidades de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, no Norte do Mato Grosso. Ocupada por posseiros desde então, Marãiwatsédé foi devolvida oficialmente aos indígenas em janeiro de 2013, após a operação de desinstrução realizada pelo governo federal.

Durante a nova ação de reintegração de posse, foram desmanchados 12 imóveis no antigo povoado, um posto de gasolina, lojas comerciais, igrejas e um número aproximado de 50 residências de alvenaria, diversos currais, pastos, estruturas e cercas já abandonados e localizados no interior da Terra Indígena. Podemos afirmar hoje que a antiga Fazenda Suiá Missú não existe mais, não existem mais as fazendas formadas a partir dela e não existe mais o antigo povoado do Posto da Mata.

Volta agora, a existir plenamente, sem divisões nem invasões, a Terra Indígena Marãiwatsédé, posse tradicional do Povo Xavante, e o antigo povoado retoma seu nome original indígena: Monipá, território sagrado para a comunidade Xavante.

A sentença do juiz Ilan Presser, da Justiça Federal do Mato Grosso foi determinar o retorno dos oficiais de justiça e a aplicação "mais coercitiva" da ordem judicial diante da recusa dos posseiros em sair espontaneamente da Terra Indígena.

A força-tarefa que executou a ordem judicial foi formada por representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança e SAMU. Acompanharam a operação dois oficiais de justiça e o procurador federal, Lucas Sete.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 74/ 2014

Brasília, 28 de abril de 2014.

Assentamento

O Incra/MT está concluindo em maio o processo de vistoria para a desapropriação da Fazenda Alegro, com área total de mais de 21 mil hectares, localizada no município de Santa Terezinha, estado do Mato Grosso. A propriedade poderá abrigar os demais posseiros, com perfil para a reforma agrária, que foram retirados da Terra Indígena e poderão aí recomeçar uma vida com cidadania plena, com acesso a crédito e às políticas públicas, apoiados pelo governo federal.



Entidades pressionam parlamentares a votarem projetos parados no Congresso
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 28.04.2014

O Estatuto dos Povos Indígenas, por exemplo, está adormecido há 20 anos

Ana Pompeu

Com representantes escolhidos pela sociedade, o Congresso não poderia deixar de ser uma arena de interesses variados. E, de tal forma, o tensionamento entre as forças acaba por deixar alguns temas engavetados no decorrer das legislaturas, parte por estratégia, parte por desinteresse na discussão. Em meio à queda de braço, entidades da sociedade civil tentam encabeçar um movimento para desencavar as matérias de interesse coletivo. Na pauta dos direitos humanos, por exemplo, é grande a lista de projetos de lei considerados importantes, mas já empoeirados nas gavetas do parlamento.

Sem interesse das grandes forças econômicas do país, ficam fadados a uma lenta caminhada temas como o Estatuto dos Povos Indígenas, sem tramitação desde 1994, e a iniciativa que determina o custeio de tratamento psicológico a vítimas de violência sexual, parado desde março do ano passado, mas elaborado em 2000. "São muitos interesses envolvidos. Se a sociedade civil não se organiza e monta uma pauta estruturada, esses projetos não andariam", avalia Jolúzia Batista, socióloga e assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).

Quando o assunto é direitos humanos, Jolúzia acredita que a velocidade da tramitação cai ainda mais. "Antes, demorava muito porque o tema não estava na agenda pública. Essa não é exatamente uma pauta que o Brasil considerava importante para o desenvolvimento. Agora, com o crescimento das bancadas religiosas, são muitos interesses se chocando. As forças conservadoras ganharam espaço e seguram o andamento das pautas", analisa a socióloga. Para a assessora do Cfemea, que acompanha a tramitação de projetos no Congresso, poucos avanços foram conquistados nos últimos anos. "A gente tem trabalhado para segurar os retrocessos", lamenta.



Chefe indígena que ajuda o Google a mapear desmatamentos vem a Curitiba para palestra nesta terça-feira

SÍTIO BAND NEWS FM CURITIBA, 28.04.2014

O chefe de uma tribo em Rondônia, cacique Almir Suruí, que vende créditos de carbono e mapeia o desmatamento da floresta com smartphones, vai fazer uma palestra amanhã em Curitiba.

O evento faz parte da comemoração dos 25 anos da Incubadora Tecnológica de Curitiba (Intec), que funciona no Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar).

A palestra do cacique Almir Suruí será no auditório do Canal da Música. O líder dos Paiter-Suruí abordará também a necessidade da criação de um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Suruí é hoje uma das maiores autoridades mundiais em sustentabilidade. Um dos motivos desta notoriedade é parceria inédita firmada entre sua tribo e a empresa americana Google para usar documentação digital e mapeamento por satélite como ferramentas de conservação. Os suruí também foram pioneiros na venda de créditos de carbono, com uso do mecanismo de recompensa financeira pelo não desflorestamento, o Redd.

O evento continua na quarta-feira (30), com apresentações que têm como objetivo envolver os empreendedores e a sociedade na busca de soluções em rede para três temas relevantes para a comunidade Paiter-Suruí – educação, cultura e sustentabilidade.

O evento contará também com a participação do presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, Ludovino Lopes, do jornalista e diretor do Núcleo Planeta Sustentável da Editora Abril, Caco de Paula, e da antropóloga e doutora em desenvolvimento sustentável, Mary Allegretti. Também estarão presentes o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, João Carlos Gomes, e o presidente do Tecpar, Júlio Felix.



Cotidiano das etnias indígenas do Estado em exposição no Palacinho

SÍTIO PORTAL LJ, 28.04.2014

O Museu Palacinho recebe a exposição "Os povos indígenas do Tocantins – História e Memória". Serão 48 fotografias que contemplam os sete povos indígenas, em territórios demarcados, preservados com grande biodiversidade. A vernissage será na próxima segunda-feira, 28, às 19 horas. A mostra segue até o dia 31 de maio.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Tocantins possui uma população indígena aproximada de 13 mil pessoas, distribuída em 151 aldeias. Entre as sete etnias estão: Xerente, Karajá, Javaé, Xambioá, Apinayé, Krahô e Krahô-Kaneça.

Para a professora doutora de antropologia da educação e uma das organizadoras da exposição, Lídia Soraya Liberato Baroso, a mostra vem relatar a cultura e história da luta dos indígenas do Tocantins, mostrando a organização social e política desses povos. "A exposição mostra que os índios do estado do Tocantins têm os seus direitos garantidos. É importante se viver em um estado que tem esse respeito, dignidade e alegria de ter os povos indígenas na sua população", afirma a antropóloga.

Conforme a técnica da Seduc, Heloisa Sobreira, que também organiza a exposição, as fotos selecionadas mostram a vivência de cada povo. "Tivemos a preocupação em contemplar todas as etnias", disse. Adriana Dalla Valle, técnica da Seduc e membro da organização da mostra, as fotos retratam não só rotina vivida dentro de cada tribo "mas também os rituais, a dinâmica da vida social, cerimônias e suas origens", pontuou Adriana.

Outro importante registro da exposição é a rotina dos alunos nas escolas estaduais dentro das aldeias. Ao todo, são 92 escolas e 5.540 alunos matriculados entre crianças, jovens e adultos com interesse em se alfabetizar.



UFRR é tricampeã dos Jogos Universitários Indígenas

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 28.04.2014

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) é a campeã geral dos III Jogos Universitários Indígenas (JUIRR). O evento foi realizado pela Federação Universitária de Esportes de Roraima (FUER) em parceria com o Exército Brasileiro neste fim de semana (de 25 a 27 de abril). Esta é a terceira vez consecutiva que a UFRR conquista o título de campeã.

As competições foram realizadas no 7º Batalhão de Infantaria de Selva (7º BIS). Entre disputas, modalidades indígenas (arco e flecha, queda de corpo e corrida de tora) e não indígenas (futebol), além de cabo de guerra. O Exército Brasileiro e a Base Aérea de Boa Vista participaram como instituições convidadas.

A Universidade de Brasília (UNB) que estava devidamente inscrita na competição, não pôde comparecer aos jogos devido a problemas com vôos. A Faculdade Roraimense de Ensino Superior (FARES) inscrita, também não participou do evento. Já a Faculdade Cathedral realizou a inscrição durante a abertura dos jogos, na sexta-feira (25).

Desta forma, participaram dos JUIRR 49 atletas da UFRR, um atleta da Faculdade Cathedral e 40 atletas convidados, sendo 20 do Exército e 20 da Base Aérea. Para fins de pontuação, tendo em vista que o evento é universitário, apenas as instituições de ensino recebem pontos nas provas.

Para a FUER, o evento foi satisfatório, pois ocorreu dentro do programado, porém, a presidente da Federação, Elaine Morellato lamentou a pouca participação das Instituições de Ensino Superior do Estado e dos atletas indígenas.

“As faculdades têm cotas para indígenas e deveriam estimulá-los a participar mais dos jogos indígenas, já que esta é a única competição universitária promovida exclusivamente para eles e além do mais, é a porta de entrada para o desporto universitário nacional”, enfatizou.

Já o comandante do 7º BIS, tenente coronel Mercês enfatizou que a instituição tem sido parceria da FUER desde a primeira edição. “Aproveitamos os Jogos para interagir com a comunidade. Abrimos as portas do quartel e recebemos os atletas, equipe que trabalha no evento e o público, que vem para prestigiar”, disse o comandante.

RESULTADOS

Na classificação geral universitária, de acordo com a pontuação definida em regulamento, a campeã foi a UFRR com 370 pontos e em segundo lugar, a Faculdade Cathedral com 50 pontos.

CONT.



Na modalidade queda de corpo, participaram seis atletas, sendo dois UFRR, dois do Exército Brasileiro e outros dois da Base Aérea de Boa Vista. Na referida luta, o atleta Júlio David Magalhães da UFRR levou a melhor e conquistou o primeiro lugar e em segundo ficou Enerson Alves.

Na disputa entre o Exército Brasileiro e a Base Aérea de Boa Vista que participam da competição como convidados, o atleta Maycon Cordeiro da Silva da Base Aérea conquistou o primeiro lugar e em segundo, o atleta do Exército, Franknadson Celestino Diogo.

No arco e flecha, o atleta Jatene da Silva Tomé da Faculdade Cathedral conquistou o primeiro lugar e em segundo, ficou o estudante Daniel Barroso da UFRR. Entre os militares, o primeiro lugar ficou com Xapurita Douglas Yanomami e o segundo com Raul Yanomami, ambos atletas do Exército. No feminino, vitória da UFRR com a atleta Eduína.

Jatene da Silva participou das três edições dos JUIRR, e em todas as vezes, conquistou o primeiro lugar na modalidade arco e flecha. Para este ano, o atleta disse que se preparou durante três meses.

"A prova exige muita calma e concentração. Também é preciso saber esperar o momento certo para atirar a flecha por causa do vento", explicou o atleta tricampeão.

Com relação à prova Corrida de Tora, naipes masculino, a equipe UFRR 1 conquistou o 1º lugar com o tempo de 1'13". No feminino, a equipe UFRR 1 também ficou em 1º lugar com o tempo de 45" e em 2º lugar ficou a equipe UFRR 2 (1'08"). Entre os militares, a equipe do Exército levou a melhor e ficou com o lugar mais alto do pódio com o tempo de 59"24. Em 2º lugar, a Base Aérea com 1'10".

No cabo de guerra, a disputa foi entre a equipe UFRR 1 e Exército Brasileiro. O Exército venceu e foi para a disputa da final com a equipe da Base, depois que a mesma venceu a equipe da UFRR. No resultado geral desta prova, a Base Aérea ficou em 1º lugar, o Exército em 2º e a equipe UFRR em 3º.

Já no futebol, na rodada deste domingo, os jogos e os resultados das equipes masculinas foram os seguintes: Base Aérea 3x2 UFRR 1 e Exército Brasileiro 14x1 UFRR 2. No resultado geral, o 1º lugar ficou para o Exército, 2º lugar para Base Aérea e no 3º lugar, a equipe da UFRR1. No feminino, quem conquistou o 1º lugar foi a equipe UFRR 2 e em 2º lugar, a equipe UFRR 1.

Fonte: Fuer



Solidariedade aos quilombolas presos – amanhã, 29/04, no TJMG

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 28.04.2014

Amanhã, dia 29 de abril de 2014, 120 quilombolas da comunidade de Brejo dos Crioulos estarão em BH, no TJMG, para a defesa dos irmãos presos desde 2012. Haverá uma audiência, às 13h. Os 120 quilombolas sairão de Montes Claros hoje e, ao chegarem, irão direto para o TJMG onde passarão o dia de amanhã e voltarão à noite. Portanto, aqueles que puderem levar: frutas, sanduíches, garrafas de café, água, suco, etc. serão muito bem vindos. Lembrando que essa doação poderá ocorrer tanto no período da manhã quanto da tarde. O endereço do TJMG é: Rua Goiás, 229 – Centro. Chegando ao local podem procurar por: Paulo ou Alexandre da CPT, Rosely, Sãozinha ou Marlicéia da Recid. Mais informações ligar para: 8763.9787 (Rosely); 85678574(Saozinha); 9984.9310 (Marlicéia). Veja relato abaixo

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Deparamos, até hoje, com reiterados casos de violência no território do Quilombo Brejo dos Crioulos, cujas forças antagônicas às desapropriações do território de 17.302,00 ha (dezessete mil trezentos e dois hectares), descrevem um modus operandi muito claro, no que tange à formação de milícias armadas e financiadas pelos latifundiários descontentes com a titulação das áreas inseridas no perímetro territorial do quilombo, bem como a total inércia da justiça local em punir os fazendeiros e seus jagunços.

No início de 2011, após o atentado contra uma das lideranças dos quilombolas, o Edmilson de Lima Dutra (Coquinho), que quase faleceu em decorrência das facadas que levou, desferidas pelo jagunço do fazendeiro Raul Ardito Lerário, de nome, Roberto Carlos Pereira, a Delegada de Polícia, Dra Andrea Pochmann, investigou e indiciou a milícia de latifundiários, pedindo, inclusive, a busca e apreensão de armas e a prisão preventiva de todos os pistoleiros e mandantes. Restou frustrada as diligências da Polícia Civil (com colaboração da equipe da Polícia Federal de Montes Claros), uma vez que o MPe local e o Juiz da Comarca de S. J. da Ponte/MG, denegaram o pedido de prisão da jagunçada.

No dia 15/09/2012, ainda de manhã, após a reocupação da fazenda de Raul, pistoleiros armados, foram presos em flagrante por porte de armas pela PMMG (fato consta do processo penal) , frustrando um ataque planejado contra os quilombolas, a fim de vingarem a morte do pistoleiro Roberto Carlos, integrante do mesmo bando da milícia latifundiária.

Com a morte do pistoleiro, Roberto Carlos, na madrugada de 15/09/2012, prontamente, o MP e o Juiz local, em uma confusa denuncia sem provas, imediatamente, acusaram e prederam 5 de 09 quilombolas acusados (que por coincidência são lideranças locais).

A risível denúncia de assalto seguido de morte, descrita pela promotora da época, ilustrando tal latrocínio, conjecturava que os quilombolas invadiram a residência do pistoleiro para roubar latas de cerveja. o que foi desmentido pelas provas do autos e posteriormente na

CONT.



instrução processual foi desclassificada tal acusação.

Chamou a atenção o processo penal guiado pela promotoria, pela esdrúxula narrativa assentada em provas frágeis e a aceitação de argumentos insólitos pelo judiciário, mantendo as prisão de quatro, entre os nove quilombolas acusados, até hoje, completando 500 dias de cárcere sem provas idôneas .

Denota-se, que no caso concreto examinado, ressurgem interpretações contrárias aos direitos humanos, banidas do nosso sistema com a retomada da democracia em 1985, consolidada com a constituição de 1988.

Exemplifiquemos, com a violação do princípio da presunção de inocência, que é um instituto previsto no artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal de 1988. Refere-se a uma garantia processual atribuída ao acusado pela prática de uma infração penal, oferecendo-lhe a prerrogativa de não ser considerado culpado por um ato delituoso até que a sentença penal condenatória transite em julgado.

Merece uma anotação de destaque, de que tal princípio, da presunção de inocência, advém da luta da humanidade contra o arbítrio, pois, que, está consagrado, nas diversas cartas de direitos humanos internacionais, que o Estado brasileiro consignou perante a comunidade internacional.

Ainda mais, porque, no Brasil, o capítulo Constitucional, das garantias fundamentais da pessoa humana, em última ratio, dos direitos humanos, foi fundada, como cláusula pétrea, não podendo, ser objeto de interpretações contrárias, mudanças ou até mesmo suprimidas do nosso ordenamento.

Em outras palavras, os 4 quilombolas presos, não receberam do poder judiciário, uma das funções de poder, do Estado nacional, o beneplácito dessas prerrogativas de inocência presumida, pois, que, cumprem uma “pena”, já a quinhentos dias, sem o trânsito de sentença penal condenatória.

Noutro sentido, para uma prisão cautelar, cujos pressupostos são taxativos e excepcionalíssimos, devem seguir com limites estreitos deferidos pela lei penal Brasileira, insertos no código de ritos penais.

Assim sendo, segundo o art. 312 do Código de Processo Penal brasileiro, a prisão preventiva, necessita de critérios bem delineados, para só então, ser decretada. São esses critérios e não outros:

- 1) garantia da ordem pública,
- 2) garantia da ordem econômica,
- 3) por conveniência da instrução criminal,

CONT.



4) assegurar a aplicação da lei penal,

Necessita ainda, a excepcional medida segregatória, dos seguintes requisitos complementares:

- a) quando houver; prova da existência do crime e
- b) indício suficiente de autoria.

Sem a presença de apenas um desses pressupostos, por causa e consequência do princípio da assimetria entre as normas, qualquer prisão decretada, tornar-se-á, arbitrária e ilegal.

No caso em apreço, dos 4 quilombolas presos, Edmilson de Lima Dutra, Édio José Francisco, Joaquim Fernandez da Cruz e Sérgio Cardozo de Jesus, todos são primários, sem antecedentes criminais, são trabalhadores rurais, moram no quilombo desde que nasceram, desenvolvem trabalho lícito, são pais de família e possuem casa própria. Além desses requisitos que os favorecem, não há provas que eles podem ou perturbam a ordem pública, se forem libertos. Quanto a ameaça, à garantia da ordem econômica, não há qualquer indício de crime contra a economia popular que pesa sobre eles. Quanto a conveniência da instrução criminal ou penal, esse critério, já perdeu o objeto, na medida que a referida instrução penal, já se findou. Quanto ao requisito de prova de existência do crime, tais fatos, até então, não foram exaustivamente investigados, pois, as testemunhas de cada acusado, provaram, que eles, nem sequer, no local e data dos fatos, se encontravam no meio da multidão de onde foi desferido um único disparo que alvejou a vítima dos autos. sendo assim, cai por terra o último critério da prisão preventiva que contra eles pesam, ou seja, indício suficiente de autoria do crime. Neste aspecto, o MP, não conseguiu, estabelecer a causa e a concausa do crime, pois, na denúncia oferecida de forma genérica, não descreveu a conduta que cada preso praticou, na medida de sua participação no suposto crime.

Desse modo, estamos diante de violações das garantias Constitucionais, do devido processo legal, da garantia da mais ampla defesa e da presunção de inocência.

-

Enviada para a lista da Cedefes por Pablo Matos Camargo

Fonte Combate Racismo Ambiental